

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

Les structures sociales de l'Aquitaine, du Languedoc et de l'Espagne au premier âge féodal. Paris. Éditions du Centre Nationale de la Recherche Scientifique. 1969. 280 páginas. 18 F.

As regiões feudais, por excelência, são as situadas entre o Sena e o Loire. Até agora costumava-se cogitar em que medida o Midi da França recebeu essas instituições feudais oriundas dessa região, em que medida houve uma "feudalidade meridional". Os participantes do Colóquio do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França (CNRS), reunidos em Toulouse, de 28 a 31 de março, deliberaram tomar uma atitude diferente. Analisaram as estruturas sociais que se desenvolveram espontaneamente do IX ao XI século na Aquitânia e no Languedoc, e também nas regiões hispânicas vizinhas, que dispunham de uma abundante documentação. Foi, nestas condições, possível comparar-se essas estruturas, descritas nas comunicações do Colóquio, com as que existiam na mesma época na região situada entre o Loire e o Sena. Essas comunicações foram reunidas em um volume, cujo sumário é o seguinte:

Schneider (J.). — Introdução.

Sanchez Albornoz (Cl.). — Conseqüências da reconquista e do repovoamento sobre as instituições feodo-vassálicas de Leão e de Castela.

Boüar (M. de). — Alguns dados arqueológicos concernentes à primeira idade feudal.

Font Rius (J. M.). — Os modos de detenção dos castelos na "Velha Catalunha" e suas marcas exteriores do início do IX ao início do XI século.

Grassati (H.). — A duração das concessões beneficiárias um Leão e Castela: as cessões *ad tempus*.

Magnou-Nortier (E.). — Fidelidade e feudalidade meridional segundo os juramentos de fidelidade (X — início do XII século).

Lacarra (J. M.). — "Honosres" e "tenencias" em Aragão (XI século).

Bonnassie (P.). — As convenções feudais na Catalunha do XI século.

Higounet (Ch.). — O grupo aristocrático na Aquitânia e na Gasconha (fim do X — início do XII século).

Ourliac (P.). — A região de La Selve no fim do século XII.

Lewis (A. R.). — Midi francês, Iraque buwayde e Japão. Estudo comparado das feudalidades, 946-1055.

Monfrini (J.). — A propósito do vocabulário das estruturas sociais da Alta Idade Média.

Schneider (J.). — Conclusão.

E.S.P.

* *

*

LOEWNHEIM (Francis L.). — *História e Diplomacia* (The Historia and the Diplomat). Tradução de Edmond Jorge. Rio de Janeiro. Zahar Editôres. 1969. 246 páginas.

Quatro importantes ensaios foram selecionados por Francis L. Loewenheim para formar o presente livro, em boa hora lançado no Brasil. O primeiro, de auto-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

ria do próprio organizador do volume, intitula-se “Um legado de esperança e um legado de dúvida: reflexões sobre o papel da História e dos Historiadores na política externa norte-americana desde o século XVIII”. O segundo, de Arno J. Mayer, trata do “Pensamento histórico e a política externa norte-americana na época da primeira guerra mundial”. O terceiro, assinado por Herbert Feis, tem por título “Algumas notas sobre registros históricos, o papel dos historiadores e a influência das lembranças históricas durante o período da Segunda Guerra Mundial”. Finalmente, o quarto ensaio, de Louis Morton, sobre “A guerra fria e a cultura norte-americana”. Em apêndice, sob o título “A promessa da História num mundo em mudança”, o organizador do volume reuniu três declarações valiosas, pois características das épocas em que foram elaboradas: a de Woodrow Wilson sobre “A variedade e a unidade da História” (publicada originalmente em 1904), as de Thorstein Veblen, sobre a natureza da paz (“Sugestões sobre o programa de trabalho de um inquérito sobre as futuras condições de paz”, 1932, e “Esbôço para uma política para o controle da penetração econômica dos países atrasados e dos investimentos estrangeiros, 1932) e a de Frederick Jackson Turner sobre “Os partidos políticos internacionais numa Liga de Nações duradoura”, publicado originalmente na “American Historical Review”, de 1942. Tais ensaios visam, todos, a uma compreensão objetiva da ação externa da política norte-americana, a partir de uma herança histórica interpretada e atualizada frente a acontecimentos de dimensões mundiais e de conflitos a que o poder de decisão americano não pôde fugir, ainda que sob a pressão de dúvidas e perplexidades. Valiosa contribuição não só para a História dos Estados Unidos, mas para a história contemporânea em geral.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

MAURO (Frédéric). — *Nova História e Novo Mundo*. Editôra da Universidade de São Paulo — Editôra Perspectiva São Paulo. Coleção Debates, volume 13, São Paulo, 1969.

A publicação deste novo livro de Frédéric Mauro vem dar seqüência a vários de seus estudos sobre metodologia da história econômica, principalmente a *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670* e *Le Brésil au XVIIe siècle*. Esta série de trabalhos é particularmente interessante, pois nela o autor confessa-se atraído, após a fase colonial, pelos séculos XIX e XX, algo inédito em seus estudos.

Sempre preocupado em fornecer uma forma de abordagem que corresponda às exigências de historiografia contemporânea, êle fornece capítulos de caráter estritamente metodológicos (os dois primeiros), e outros que “embora atendo-se a um assunto preciso, tentam entretanto, acentuar o método de trabalho: utilização das técnicas estatísticas ou contábeis, renascimento dos conceitos para utilização prudente das problemáticas presentes para compreender o passado, método comparativo” (p. 10).

O primeiro capítulo, “Teoria econômica e História econômica”, apresenta material extremamente rico para pensar-se história econômica, campo onde a corrente utilização de conceitos modernos aplicados a períodos passados levam a deformações que freqüentemente invalidam o trabalho. Mauro parte de uma dúvida

de caráter geral — “o historiador se acha sempre colocado diante de um dilema: ou explica o passado em termos de presente e, neste caso trai o passado; ou explica em termos de passado e, assim torna-se incompreensível aos homens do presente —” (p. 13).

Continuando neste raciocínio êle particulariza o problema para a história econômica, isto é, o estudo dos sistemas e das estruturas de um período. Estabelecendo a premissa — “todo sistema econômico é antes de tudo, um vocabulário e tôda estrutura, uma estrutura mental”, esclarece ser na caracterização dos sistemas e estruturas que apreendemos a sua “natureza” e “provamos os mecanismos fundamentais” de um período histórico. Porém, como “os sistemas se sucedem aos sistemas e as estruturas às estruturas” essa mutação traz dificuldades, e elas são marcantes para a história econômica “onde o destino dos sistemas se encontra demasiado ligado à técnica” (p. 14). A progressiva rapidez com que esta se altera, torna bastante difícil captar a permanência de constantes através de diferentes estruturas.

Para solucionar em parte a dificuldade deste estudo, Mauro propõe que se “decomponha o período em certo número de conceitos — conjunturas, estruturas, sistemas, ritmos, permanências — que facilitam as mediações e as interpenetrações recíprocas”, ressaltando ainda a importância da detecção de continuidades e descontinuidades (p. 14). O estudo, elaborado a partir da decomposição qualitativa e levantamento de dados quantitativos só poderá ser o resultado do trabalho de um historiador, se for novamente traduzido para valores qualitativos. Somente dessa maneira êle compreende a montagem de um período econômico: estabelecer sua dinâmica. Define, assim, a diferença entre o trabalho do historiador e o do economista, essencialmente técnico e voltado para a ação.

Aliás, Mauro é bastante claro em sua posição quanto à função da história, “uma ciência social entre as ciências sociais” e adverte “se as ciências sociais desejam triunfar, cumpre que permaneçam modestas. Seu papel é científico. Elas não podem tomar o lugar da Filosofia ou de outras formas do conhecimento humano” (p. 10). Demonstrando preocupação quanto a êsse seu pensamento, êle continua a discussão conceitual quanto a função do historiador, no capítulo “história ciência do abstrato”, negando validade às problemáticas teológicas e filosóficas entre outras, situando o trabalho do estudo da história condicionado estritamente a problemática científica.

Desenvolve suas análises nos capítulos seguintes, apoiado a essa atitude científica: conceitos modernos adaptados à época estudada, decomposição do período, montagem dos mecanismos gerais, comparação dos mecanismos de um sistema com os de outro, concluindo com a construção de modelos que se tornam progressivamente mais precisos com o decorrer da pesquisa — “especialmente da pesquisa estatística e da economia, atuando sobre a história. Dessa maneira, “o modelo no início qualitativo, se tornará quantitativo, estatístico e em seguida dinâmico”. Mauro também nos recorda que “será igualmente conveniente, enquanto a história econômica constrói modelos de economias passadas, verificar a medida em que os contemporâneos aceitaram o modelo em sua armadura mental, “ideológica”” (p. 56).

Para exemplificar seu método o A. escolheu “A expansão ultramarina Europeia entre 1500 e 1800”, isto é o capitalismo comercial. Consciente dos limites dêste capítulo, deixa patente sua intenção de apresentar tão somente uma forma de trabalho, evidenciando dessa maneira o interesse dessa abordagem.

A discussão sobre “Conceitos econômicos e economia colonial na época do capitalismo comercial (1500-1800)”, merece menção pela colocação de importância que faz: o relacionamento macro-micro-economia. Nêle Mauro propõe a micro-economia como subsidiária do estudo da macro-economia, possibilitando observar “como os mecanismos econômicos elementares se combinam para resultar em mecanismos estruturais diferentes, conforme os tipos de empresa, os países, a conjuntura” (p. 86).

Ainda em outro capítulo, “Contabilidade teórica e contabilidade prática na América portuguesa no século XVII”, êle insiste na importância da análise econômica, mostrando como através dela chega-se a atingir um problema de mentalidade (p. 147).

Ê, portanto, com base em uma exemplificação exaustiva, presa ao estudo da época do capitalismo comercial, tanto na Europa como no Novo Mundo, que o Autor demonstra a importância de se estabelecer a teoria econômica do período a ser estudado para compreendê-lo em outros níveis. Explica-se, assim, o capítulo “História ciência do abstrato”, definição que Mauro contrapõe a de Marc Bloch, “história ciência do concreto”, por ser o concreto o óbvio, portanto não carente de estudo.

A parte final do livro é dedicada ao estudo da história comparada de duas economias coloniais: Brasil e México. A finalidade dessa análise consiste em “definir melhor as civilizações e os sistemas” “com a ajuda de generalizações sucessivas” destacando “melhor a essência e a causa de certos fenômenos econômicos, sociais e geográficos do passado” (p. 241). O mesmo tipo de análise é observada em “Do ouro de Minas ao Café do Paraíba: Observações de História Comparada”, marcando também, êste estudo a incursão do Autor na história do século XIX.

Como conclusão a essa série de trabalhos, êle expõe a situação dos estudos históricos sobre a América Latina, enfatizando o desinteresse dos estudiosos franceses sobre a questão, desinteresse êste incompatível com os vínculos culturais existentes entre a cultura francesa e a sociedade latino-americana, especialmente no campo das ciências sociais. Tendo em vista incentivar êstes estudos, êle discorre sobre os recursos documentais que podem os historiadores franceses dispor na Europa, propondo ainda, com base em sua experiência de grande conhecedor da história econômica da época moderna, objetivos e temas para pesquisas.

Em suma, quer concordemos ou não com a totalidade das idéias propostas, o livro constitui material abundante para pensar-se uma renovação da historiografia brasileira, já que grande parte dêle é dedicada ao Brasil colonial e independente. Ê interessante ainda notar que esta obra constitui a 13ª da Coleção Debates, coleção esta que lançará brevemente (março de 1970), outro importante trabalho ligado ao estudo da história, ou seja, *História e Ideologia*, de Francisco Iglésias.

M. STELLA M. BRESCIANI

* * *

*

ISERLOH (E.) e MEYER (Harding). — *Lutero e luteranismo hoje*. Tradução de Breno Schumann. Petrópolis. Vozes. 1969. 112 páginas.

O pequeno artigo publicado originalmente na revista “Consilium” por E. Iserloh sob o título *Lutero tal como é hoje visto pelos católicos* e o ensaio *Lutero e*

Luteranismo hoje, de Harding Meyer, foram reunidos para formar o excelente volume que recebeu o título do segundo trabalho nele inserto. Excelente, sob todos os aspectos, pois, além de implicar numa verdadeira revisão do ponto-de-vista católico sobre a Reforma protestante do século XVI (a exemplo de outros trabalhos que já tem sido divulgados pela mesma editôra), implica, também, numa nova abordagem histórica em torno do importante movimento idéias, que cindiu o Cristianismo ocidental, uma cisão que, certamente, teria sido evitada se tivesse havido, na época, um pouco mais de compreensão de ambas as partes. Felizmente, caminha-se, agora, para essa compreensão, como o prova, principalmente, o terceiro capítulo do ensaio de Harding Meyer, intitulado “Evolução das opiniões acêrca de Lutero, na teologia e historiografia católico-romanas”. Constitui êste livro excelente complemento ao *Lutero visto pelos católicos*, de Johannes Hessen e ao *Lutero 450 anos depois...*, de Breno Schuman e Jerônimo Jerkovic, êste último editado, também, pela importante editôra petropolitana. Quanto ao primeiro, só é disponível em edição portuguesa (Coimbra, Armênio Amado, 1951, Coleção “Studium”).

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

RODRIGUES (José Honório). — *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica). 3ª edição. Coleção Brasileira. Série Grande Formato. Volume 11. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1969.

Essa nova edição da *Teoria da História do Brasil*, aparece com algumas modificações e novas informações, mantendo contudo, a estrutura da edição de 1957. A preocupação essencial da obra, já constante na 1ª edição de 1949, mantém-se no estudo da história, seu ensino e método de pesquisa, constituindo portanto, uma tentativa de abranger os aspectos filosófico e metodológico da questão. O original de suas proposições é a aplicabilidade do conteúdo do livro, “tôda uma teoria e metodologia” ao estudo e pesquisa de história do Brasil.

José Honório Rodrigues é bastante categórico quando nega a possibilidade de um tratamento ingênuo do material histórico e esclarece, “a teoria da história do Brasil nasceu do desejo de colocar ao lado da problemática metodológica a problemática teórica, na convicção de que há sempre uma posição, consciente ou inconsciente, uma teoria, uma filosofia, assumida pelo historiador em face da história concreta” (pág. 440).

Seu trabalho, bastante conhecido pelos que se interessam pelos problemas da abordagem histórica, apresenta algumas colocações dignas de ênfase devido sua atualidade ineludível. Entre elas a da persistência “dos historiadores que conservam-se extremamente ligados à paixão da Europa histórica”, fornecendo em seus estudos uma visão distorcida do presente. Assim, “essa história europeizante nos conduz a confundir perigosamente a atual distribuição do poder e das forças que agem no mundo em que vivemos e nos inocula um falso senso de continuidade contra o qual a experiência se rebela” (págs. 29 e 30).

Explicitando seu ponto de vista, o Autor afirma que “a União Soviética e os Estados Unidos, os dois gigantes do poder, os dois construtores maiores da história presente e da criação do futuro, não recebem nas histórias gerais o tratamento equivalente, portanto, elas não nos estão preparando para a emergência do

mundo em que vivemos e não nos oferecem nada para a compreensão do presente”. Mais adiante êle adverte que, “continuar ignorando que a Rússia é hoje um sexto da superfície terrestre e que é incontestavelmente uma das duas maiores forças políticas do mundo; ignorar o nascimento da China Comunista, da liberdade e independência da Índia, da libertação nacional de várias antigas colônias européias do Oriente e da África para continuar focalizando especialmente o poder da Europa, a europeização do mundo, significa desservir a história e o presente” (pág. 30).

Abordando o problema da história do Brasil escrita por brasileiros, José Honório Rodrigues, fala sobre o desânimo dos que aqui têm possibilidades de escrevê-la e “consideram-na impraticável” deixando que estudiosos norte-americanos e soviéticos tratem do assunto por nós. Lembra ainda, que os que se dedicam a nossa história, geralmente, fixam sua atenção no passado colonial, quando “o estudo da historiografia contemporânea constitui uma das principais tarefas da historiografia brasileira” (pág. 40).

Assim compreendida, essa reedição mostra a importância e a atualidade de sua análise e este aspecto é tanto mais significativo se lembrarmos que o trabalho foi redigido em 1956. Obra pioneira entre nós, a *Teoria da História do Brasil* (1949), compõe junto à *Pesquisa Histórica no Brasil* (1952) e à *História e Historiadores do Brasil* (1965), um tríptico de estudos superiores destinado a estudantes e pesquisadores.

Os dois capítulos finais, inseridos como apêndice, merecem especial destaque por constituírem a parte nova do livro e pelo caráter combativo assumido. O Autor se revela aí, um crítico agudo do processo de ensino da história. Essa análise contrasta bastante com o livro que desenvolve-se prêso a um caráter essencialmente didático e de introdução as diversas tarefas dos que se dedicam à história.

No Apêndice I “Método, teoria, historiografia e pesquisa, disciplinas universitárias”, volta a colocar questões abordadas nos capítulos anteriores e formula novas, tais como, a finalidade da história e a formação do historiador. Partindo de perguntas encontradas em cartazes afixados no Departamento de História da USP, em maio de 1968, o Autor procurou fixar alguns pontos que permitissem uma proposição de resposta.

A análise da questão — Qual a finalidade da história? — desenvolve-se a partir da posição inicial de que “os indivíduos como valores autônomos formam a vida e a história com seus fins, seus significados, e são em primeiro lugar forças atuantes e conscientes impregnadas de valores, forças que se relacionam com valores de utilidade, forças formadoras de fins”. Torna-se dessa maneira compreensível que “o mundo histórico esteja cheio de valores” (pág. 432).

Encaminha sua colocação lembrando que “as épocas caracterizam-se pelas tendências dominantes que as atravessam ou marcam”. Reconhecendo a grande utilidade da “descoberta de Marx sobre as relações funcionais de comportamento da estrutura da economia e da supraestrutura ideológica”, explicita, “no mundo histórico atuam paixões, sentimentos e ressentimentos, vinculados aos indivíduos, a sociedade e a economia, sendo assim que o processo histórico adquire fins. Surge então o círculo vicioso de uma sociedade que não tendo fins, não tendo autonomia moral econômica, não produz história, consome a história produzida pelos outros. E’ uma história reflexa, que some à história produzida pelos outros. E’ uma história reflexa que ao lado dos fins gerais que tôdas possuem, não fabrica seus fins próprios, capazes de acionar um desenvolvimento próprio. Aí está o sentido

da história, e captá-lo não é tarefa de cronistas ou antiquários, que recolhem fatos, datam a época, corrigem nomes, sem perceber o homem como ser histórico”. Completa sua concepção da finalidade da história afirmando que “a compreensão dêste todo significativo, valorativo do que se passou e se passa é o dever supremo do historiador” (pág. 432). E’ nesta perspectiva que êle vê também a formação do historiador.

No Apêndice II, o Autor continua dentro da mesma linha de pensamento tendo ainda em vista “O ensino superior da história e a reforma universitária”. Ao combater a cátedra e conseqüentemente, no caso específico da história, a ineficácia das grandes divisões do período histórico inerentes a essa estrutura de ensino, êle apresenta as vantagens da existência de cursos não vinculados a cadeiras e portanto mais elásticos, e conclui que, “quem aprende bem um pouco saberá sempre aprender mais em profundidade” (pág. 464).

Como última questão, José Honório Rodrigues lembra o desinteresse existente no Brasil por parte do govêrno, quanto a tarefa do historiador, tanto nas fases de paz como nas fases extraordinárias. E isto é tanto mais significativo quando “sabemos que nenhuma nação cresceu sem uma liderança consciente e esclarecida” (pág. 467). Aprofunda ainda mais sua colocação do problema universidade-participação na vida do país, advertindo que “o ponto importante, que torna política a questão, é que a reforma universitária exige a reforma social”. Concluindo, deixa-nos a pergunta: “se a sociedade permanece a mesma, com seus privilégios e seu consumo conspícuo para as elites, para que reformar o ensino?” (pág. 468).

M. STELLA M. BRESCIANI

* * *

*

RODRIGUES (José Honório). — *A Pesquisa Histórica no Brasil*. 2ª edição, Coleção Brasileira, Série Grande Formato, Vol. XX. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1969.

A Pesquisa Histórica no Brasil (1ª edição 1952), a *Teoria da História do Brasil* (edições de 1949, 1957, 1967) e *História e Historiadores do Brasil* (editada em 1965) surgiram de um plano de trabalho elaborado por José Honório Rodrigues em 1949, que abrange uma série de estudos cuja finalidade é orientar o pesquisador de História sobre uma série de problemas de ordem metodológica ou prática que se colocam durante a elaboração do seu trabalho. *A Pesquisa Histórica no Brasil* é na presente edição um novo livro, atualizados e revistos os temas e conceitos nele apresentados. O Autor, conhecido como uma das maiores autoridades no que diz respeito ao conhecimento dos arquivos brasileiros, completa essa 2ª edição com indicações precisas de inúmeras publicações bibliográficas existentes sobre as fontes históricas brasileiras no território nacional e estrangeiro.

Considerando de início que a “pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico, ou a revisão e interpretação nova da História” e “deve obedecer aos princípios críticos da disciplina, às regras acumuladas pelo equipamento das chamadas ciências auxiliares” (pág. 21), o Autor coloca como premissa fundamental a caracterização do evento histórico, que aparece após uma discussão encaminhada para a

análise das contribuições específica de cada corrente de pensamento à elaboração da filosofia da história. Ao materialismo histórico José Honório Rodrigues atribui o mérito indiscutível de “estabelecer as relações funcionais entre a estrutura e a superestrutura da realidade histórica”, as quais devem ser o objetivo do “historiador que está preparado para sua tarefa” e não pretende “esgotar-se nos meros fatos despidos de significação” (pág. 31).

Através da introdução de um novo capítulo, “Os instrumentos do trabalho histórico”, retirado da *Teoria da História do Brasil* onde aparece sob o título de “As fontes históricas”, agora modificado e acrescido de novos dados, discute o problema da utilização de fontes históricas de natureza diversa e analisa uma série de dificuldades técnicas e institucionais relativas ao funcionamento das organizações orientadas para a pesquisa no Brasil. Essas mesmas dificuldades prejudicam o trabalho do pesquisador sério e comprometem “o desenvolvimento da historiografia que está sempre na dependência da utilização e controle das fontes, do aperfeiçoamento da pesquisa e dos métodos” (pág. 121).

As tentativas anteriormente feitas com o objetivo de promover a colheita e catalogação de documentos históricos são analisados no capítulo “A evolução da pesquisa histórica pública brasileira” onde aparece uma série de considerações sobre os métodos de trabalho e resultados alcançados pelas instituições ligadas à pesquisa, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que inaugura tal tipo de empreendimento no Brasil.

José Honório Rodrigues aponta a “deficiência da técnica, a insuficiência metódica e teórica” como “responsáveis pela fraqueza da pesquisa”, salientando que o “ensino universitário é o principal responsável pela pouquidade e debilidade da pesquisa no Brasil”, uma vez que ele não atende as exigências para a formação de bons pesquisadores, tornando-os incapazes de resolver as dificuldades da “nova pesquisa, que supõe a utilização de recursos das ciências sociais, inquéritos, entrevistas, técnicas quantitativas, busca de dados familiares e individuais, especialmente para a história contemporânea, que sirvam para a colheita e interpretação” (pág. 23).

Como possível solução para todas as dificuldades o Autor expõe um plano de criação de um Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, devidamente apoiado pelo Estado, que tem se mantido indiferente em relação ao desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Sua “finalidade essencial” seria “promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história” (pág. 239). Para um trabalho de tal magnitude o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica procuraria a “colaboração de todas as instituições de caráter histórico, tais como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os Institutos Históricos estaduais e os Departamentos de História das Universidades” (pág. 240).

MARÍSIA COSTA

* *

*

RABELLO (Sylvio). — *Cana-de-açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Prefácio de Mauro Mota. Recife. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 1969. 178 páginas. Ilustrado.

Ao tomar como tema de seu trabalho os “aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos”, o ensaísta e sociólogo pernambucano, a quem já deve a bibliografia brasileira muitos e valiosos títulos, longe de fechar-se num bizantinismo à primeira vista destituído de interesse, elaborou um ensaio do mais alto valor para o próprio estudo, em bases sociológicas, do ciclo da cana-de-açúcar em Pernambuco. Já o Prof. J. Figueiredo Filho, do Crato, nos havia dado alguns trabalhos valiosos sobre os engenhos de rapadura. Sylvio Rabello retoma o assunto, dando-lhe bases mais amplas e abrindo perspectivas mais gerais, pois o complexo da rapadura leva-o a estudar, também, a estrutura agrária, as relações de família e de trabalho, a casa, os animais e as crenças religiosas, enfim, todos os elementos que seriam necessários para uma interpretação sócio-cultural de uma importante área do nordeste brasileiro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

MOTTA SOBRINHO (Alves). — *A civilização do café*. Prefácio de Caio Prado Júnior. Segunda edição, revista e corrigida. Brasiliense. 1969. 184 páginas.

Prefaciando este livro, já em segunda edição, lembra Caio Prado Júnior, que se pode caracterizar mais de uma civilização do café. A primeira, e mais antiga, veio subindo o vale do Paraíba a partir de seu curso médio em território fluminense; a segunda implanta-se na zona central de São Paulo; a terceira estende-se para o Oeste, invadindo o Paraná. A mais interessante para o historiador, e talvez mesmo a mais característica, é a primeira, justamente a estudada pelo Autor em seu livro, por certo o primeiro a tratar o café em termos de “civilização”. Importante contribuição para a história social e econômica de uma área reconhecida tão importante, mas lamentavelmente tão pouco estudada.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

RODRIGUES (Lêda Boechat). — *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. II (*Defesa do Federalismo, 1899-1910*). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1968, 242 págs.

Prossequindo a *História do Supremo Tribunal Federal*, cujo primeiro volume cuidou das vicissitudes daquela instituição de 1891 a 1898, este livro, através das atuações do Supremo Tribunal Federal no período compreendido entre 1899-1910, nos mostra os principais problemas jurídico-políticos enfrentados pela República recém-nascida. Traz-nos grande quantidade de fatos documentados e representativos dos graves problemas desta época e deixa ao leitor a tarefa de interpretá-los, Assim, pela palavra de Alberto Tôrres e narrativas de intervenções do Supremo

Tribunal Federal, tomamos conhecimento do federalismo dual então existente e chegamos a perceber como a política dos governadores conseguiu inverter posições e colocar a União sob a dependência dos Estados.

Tendo dividido o farto material consultado em assuntos, Lêda Boechat Rodrigues utiliza-se também do critério cronológico. Exemplificando: é através de tal critério que nos mostra em 1897 o Supremo Tribunal Federal rejeitando a exceção de incompetência que lhe fôra oposta para processar e julgar a ação de limites proposta pelo Estado do Amazonas contra o Estado de Mato-Grosso e chega até a Constituição de 1967, onde é mantida tal competência.

Podem os interessados no desenvolvimento da nossa República, seja do ponto de vista histórico, político ou jurídico, aí encontrar um roteiro para futuras pesquisas e conseqüente aprofundamento da investigação.

Embora seja nítida a tripartição de poderes, deixa a Autora entrever, através da atuação do Supremo Tribunal Federal, *caput* do poder Judiciário, a forte interligação existente entre os mesmos. Assim, a função moderadora do Judiciário em relação ao Executivo; e por outro lado, a capacidade limitativa do Legislativo, no exercício de sua função precípua, qual seja, elaborar as leis a serem aplicadas pelo Judiciário. Daí o alargamento do âmbito do *habeas-corpus* que, segundo Pontes de Miranda,

“exerceu no Brasil, extraordinária função coordenadora e legalizante, fazendo muitas vezes cessar a violência do chefe local, ou dos agentes do governo federal, ou estadual, mediante a ordem concedida originariamente ou em grau de recurso pelo Supremo Tribunal Federal” (pág. 198).

Sentimos que era uma época em que o Supremo Tribunal Federal estava delimitando sua esfera de competência; são significativas as vicissitudes que a alta Côrte teve que enfrentar na questão que envolveu as ordens religiosas e com relação à Saúde Pública.

Lêda Boechat Rodrigues nos mostra que não só a Constituição Republicana Brasileira de 1891 estava impregnada de valores norte-americanos, mas também, as nossas instituições:

“Dada a riqueza dos precedentes norte-americanos, atravessamos, então, talvez o auge de ostentação de conhecimento da jurisprudência e dos constitucionalistas dos Estados Unidos. De citações dela e dêles em matéria constitucional estão recheados os pareceres e razões dos grandes advogados, as decisões judiciais, e também, com frequência, os debates no Congresso. No Supremo Tribunal muitas vezes uma e outros serviram de fundamento e, até, em alguns casos, de razão de decidir dos acórdãos” (pág. 1).

Após a leitura de tão elaborado trabalho, várias inquietações permanecem no espírito do leitor, sobretudo ligadas à compreensão do Supremo Tribunal Federal como uma peça dentro de um conjunto mais complexo, ou seja, dentro da estrutura de poder do Estado nacional. Poderíamos, por exemplo, sentir a presença das oligarquias nas cadeiras do Supremo Tribunal? Ou, pelo contrário, o Supremo Tribunal Federal, no período considerado, combateu-as e com elas não se identificou? Os antagonismos econômicos e financeiros se projetam na vida da instituição? Tais respostas, esperamos, enriquecerão por certo o volume final da coleção, onde necessariamente uma visão de conjunto deverá ser elaborada, e certamente

será desvendado o significado daquela alta Côrte na história das relações de poder de nossa história.

MARIA CECÍLIA MENDIA

* *

*

VITA (Luís Washington). — *A filosofia contemporânea em São Paulo*. São Paulo. Editorial Grijalbo e Editôra da Universidade de São Paulo, 1969. 256 páginas.

Reunem-se neste volume excerpotos de numerosos pensadores paulistas. “Foram arrolados representantes de tôdas as tendências especulativas, sem nenhuma preferência por esta ou aquela corrente. O organizador da presente antologia limitou-se à pura transcrição dos textos, deixando de anotá-los em face da singeleza desta edição, destituída de qualquer aparato erudito”. São palavras do próprio autor explicando a razão-de-ser de seu livro, que mal saberia ser o último e cuja publicação não chegou a ver. Todavia, há aqui aquela modesta que foi muito dêle. Não se trata de simples antologia, pois na “Introdução”, que fixa os critérios norteadores do presente trabalho, revelam-se tôdas as qualidades do saudoso escritor e professor, sempre empenhado em captar as mais diversas manifestações do pensamento brasileiro. Omitindo-se modestamente do volume, coube ao Professor Miguel Reale, que escreveu o prefácio, acrescentar, também, ao livro algumas páginas de Luís Washington Vita, complementando, assim, sua galeria de pensadores paulista. São os seguintes os autores tratados no volume: Tomistas e neotomistas (Leonardo van Acker, Castro Nery, e Carlos Lopes de Matos); Positivistas e Marxistas (Cruz Costa e Caio Prado Júnior); Filosofia da vida, do espírito e da existência (Renato Kehl, J. Herculano Pires, Heraldo Barbuy, Vicente Ferreira da Silva, Vilém Flusser); Filosofia das ciências (Teodoro Ramos, André Dreyfus e Leônidas Hegenberg); Culturalistas (Miguel Reale, Roland Corbisier, Renato Cirell Czerna, Irineu Strenger e o próprio Luís Washington Vita). Mais uma excelente contribuição da Editorial Grijalbo, altamente interessada, como suas edições o têm demonstrado, em contribuir para o melhor conhecimento de um pensamento brasileiro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *

*

SANTOS (Milton). — *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1965.

É reconhecido o fato de que o fenômeno urbano constitui uma característica marcante da civilização contemporânea. Esta explosão urbana que se acentuou nesta primeira metade do século XX tem merecido a atenção de numerosos pesquisadores, através de estudos minuciosos ou da elaboração de manuais que visam sintetizar os conhecimentos adquiridos pelas ciências humanas. Entretanto, esta vasta bibliografia tem-se baseado nas pesquisas efetuadas principalmente nos países desenvolvidos, nos países industrializados do mundo norte-americano e europeu.

Alguns núcleos urbanos do mundo subdesenvolvido beneficiaram-se, até a presente data, de estudos detalhados, mas a bibliografia ressentia-se da falta de um estudo de conjunto que procurasse apreender globalmente as suas características específicas.

É, pois, com satisfação que recebemos o primeiro livro que procura sanar essa deficiência, escrita por um geógrafo brasileiro de amplos méritos. Baseado em suas experiências do mundo latino-americano e africano, Milton Santos procura discernir as características do fenômeno urbano no mundo subdesenvolvido, onde “a cidade cristaliza a vontade do progresso e, a bem dizer, prepara o processo de desenvolvimento”. O livro divide-se em 6 partes. A primeira trata dos caracteres gerais, dos fatores de diferenciação e de suas conseqüências nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos. A segunda versa sobre as grandes cidades da América Latina, mostrando os seus grandes tipos urbanos e explicando o que é especificamente latino-americano. A terceira parte é totalmente dedicada ao estudo de Brasília e o subdesenvolvimento, onde o Autor analisa as características do subdesenvolvimento brasileiro e a solução que se pretendeu dar com a construção de Brasília, onde a “vontade criadora (prevista na Constituição de 1946) se confundiu com a vontade de um homem”. Da pressa e da falta de enraizamento de sua edificação resulta que Brasília é “um organismo incompleto e heterogêneo”. Mas o Autor percebeu muito bem a posição de Brasília diante da contingência brasileira, afirmando que “de toda maneira, Brasília é um fenômeno que se antecipa ao futuro do país. Diante do sentimento do inacabado, dado pela imensidão dos espaços vazios, os candangos têm razão para indagar a si mesmos se não estará a cidade à procura de uma alma. Mas, não se diria que ela não tem, já, uma personalidade, resultante dos aspectos ultra-modernos que lhe atribuíram um decreto e da fatalidade de haver sido gerada em um país subdesenvolvido”. A quarta parte analisa os aspectos demográficos e a estrutura social nas cidades da África Ocidental e descreve a organização interna de Abidjan, Acra, Lomé, Cotonou, Dakar e Bamako. Termina esta parte com considerações a propósito do êxodo rural na África Ocidental. O Autor mostra que “o êxodo rural não está ligado à industrialização, pois as cidades sobretudo comerciais do *Tiers Monde* atraem ou recebem uma proporção de migrantes comparável ou superior às metrópoles completas do mundo industrial”.

Este êxodo não é irreversível, o que é explicado pelo “apêgo do homem rural à sua tribo e ao seu *village*”. E este apêgo tribal “ajuda a explicar o modo como essa migração rural-urbana é transcrita no espaço interno das cidades. Em muitos casos, é de acordo com sua procedência que o migrante se distribui pelo organismo urbano”. A quinta parte analisa o fato urbano na África do Norte, mas exemplifica somente com o problema urbano da Tunísia e com a descrição de duas cidades: Tunes e Cairoão. A sexta parte, de caráter mais metodológico, inicialmente procura definir a cidade como centro de região; após parte para estudar as disparidades regionais e os polos de desenvolvimento, que é um estudo de geografia aplicada elaborado para o Estado da Bahia a fim de melhor planejar o desenvolvimento econômico estadual. Dedica, a seguir, um capítulo aos métodos de avaliação da centralidade, resumindo e mostrando as falhas dos vários processos propostos, e termina por mostrar os problemas e as dificuldades para medir a hierarquia nos países subdesenvolvidos, mas não chega a propor nenhuma solução mais explícita. O capítulo fica sem conclusão, e como no mundo subdesenvolvido “a rede urbana como que se cria, estrutura e vive em função de estímulos do mundo exterior”, seria plausível que o Autor desse maiores esclarecimentos sobre o critério de hierarquização já anunciado na página 25, em que “os processos e mecanismos da

comercialização tem um papel decisivo". Este critério é importante porque "a potencialidade metropolitana depende das relações com o resto do país e, principalmente, com o exterior, e a mudança das formas dessas relações pode acarretar modificações de hierarquia".

Logo ao iniciar o seu livro, à página 1, o Autor afirma que "a cidade é uma expressão do subdesenvolvimento". Parece-nos que a frase está mal construída, pois é a forma que assume o fenômeno urbano no mundo subdesenvolvido que pode ser considerada como uma característica desse próprio mundo. Uma dessas características mostra que "a cidade não tem poder para forçar a evolução regional de que depende o seu próprio desenvolvimento". Assim, a cidade deixa de ser um organismo dotado de dinamismo interno auto-suficiente; é um núcleo intermediário que mais reflete a sua região do que a modela à sua feição.

Não se pode deixar de anotar que as páginas relativas às "cidades brancas de Tunes e de Cairoão" são as melhor escritas do livro, com uma descrição perfeita e estilo bem burilado. E esta impressão é mais flagrante quanto a maior parte dos capítulos precedentes deixa a sensação de ser escrita apressadamente, ressentindo-se de uma coesão entrelaçamento mais perfeito. Por exemplo, na página 13, passa brutalmente das considerações sobre os *bidonvilles* para a distribuição espacial das funções nas cidades dos países subdesenvolvido. Na página 82, procura utilizar de dados demográficos para Conakry e Cotonou, mas somente cita os dados para Conakry e faz referências aos dados de Cotonou. Seria melhor expor as duas séries de dados e as interpretações atinentes aos mesmos.

Outra observação que denota urgência em sua publicação é a relativa aos erros de impressão, sendo que alguns mudam completamente o sentido do raciocínio do Autor. Citemos, por exemplo, os encontrados na página 15, onde na segunda e sexta linhas do primeiro parágrafo deve-se ler *idades*, em lugar de *classes*, e *preside* (?) em lugar de *president*. Na página 73, os estrangeiros representam 54% da população total de Dakar, e não 5,4%; e na décima segunda linha da página 108, deve-se ler *excedente*, e não *excelente*.

Tôdas estas pequenas falhas que facilmente podem ser sanadas não chegam a embaçar o mérito do livro que representa um esforço pioneiro em compreender globalmente as características específicas das cidades no mundo subdesenvolvido. É um livro que provoca muitas considerações e merece ser lido e discutido por todos aqueles que procuram melhor compreender os problemas relativos aos países subdesenvolvidos.

ANTÔNIO CRISTOFOLETTI

* *
*

PENDLE (George). — *História da América Latina*. Tradução de M. Helena Albárran de Carvalho. Lisboa. Editôra Ulisséia. s. d. 268 páginas.

Um livro "Pelicano" é sempre um livro digno de ser lido e recomendado, tal o prestígio da importante coleção inglesa, que vem sendo divulgada em Portugal e também no Brasil. Concisão, método e clareza, eis três características desses livros. Não foge à regra a *História da América Latina*, de George Pendle. Trata-se de um ensaio sobre a história da América Latina, apressa-se o Autor em lembrar ao leitor, logo no início do prefácio. E também em prevenir: "Não é uma compilação

das histórias separadas de vinte repúblicas. Prestei especial atenção aos fatos e características que possam auxiliar o leitor a compreender os acontecimentos atuais da América Latina”. Importante publicação inglesa lembrava, há pouco, que o que ainda prevalece com relação à América Latina é uma “assustadora ignorância”. A grande editôra inglesa, parece, teve em mente essa observação, ao encomendar o presente livro, excelente iniciação à fascinante história da América Latina, com um sentido de compreensão de fazer inveja a tantos autores que, na Europa e mesmo na América, tem escrito sobre o assunto, especialmente depois que a América está sendo “redescoberta”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *

*

La Méditerranée de 1919 à 1939. Colloque International de Nice (28-31 Mars 1968). Paris. SEVPEN. École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VIe Section. 176 pp., 36 gravuras. 37,00 F.

Este volume aborda o estudo de diferentes regiões do mundo mediterrâneo entre as duas Grandes Guerras Mundiais. Descreve:

- ao Sul: o Maghreb, a Líbia e o Egito;
- ao Norte: a Espanha, a Itália e os Balcãs.

Este volume, que contém as Atas do Colóquio Internacional de Nice (28 a 31 de março de 1958), reúne estudos de especialistas de diferentes disciplinas, focalizando problemas da mais variada ordem: econômicos ou sociais, (indústrias agrárias e imigração da planície de Valência; despovoamento e migrações após a I Guerra Mundial na costa adriática; os corsos na expansão colonial francesa; o petróleo líbico), sociológicos (fundamentos religiosos na cultura da nova Grécia), política interna (início do PCA; movimentos nacionalistas na Catalunha; imprensa francesa e centenário da Argélia; a história italiana e a Líbia), política externa (a política britânica no Mediterrâneo por volta da década de 30; a Santa Sé; os católicos e a Guerra da Espanha) ou cultural (idéia do panarabismo no Maghreb, África do Norte e Egito na literatura e no jornalismo polonês; a idade de ouro reencontrada pela pintura do século XX).

Além dessa diversidade e apesar de um aparente declínio, o Mediterrâneo permaneceu ao longo desses 20 anos como um mar vivo e uma zona do maior interesse para a História e a vida do XX século.

M. R. C. R.